

**HABEAS CORPUS Nº 493.597 - RS (2019/0043812-5)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : VICTORIA MARTINS MAIA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : VICTORIA MARTINS MAIA - RS102539  
BRUNA ANDRINO DE LIMA - RS103040  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MARCOS VINICIUS DE MELLO GOMES (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. EXCESSO DE PRAZO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS VINICIUS DE MELLO GOMES contra decisão indeferitória de provimento urgente proferida nos autos do HC n.º 0024738-81.2019.8.21.7000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 19/05/2017, e posteriormente denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2.º, incisos I e II, c.c. o art. 69, todos do Código Penal (três roubos majorados praticados em concurso material) (fls. 23-28).

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 49-52).

Alegando excesso de prazo na custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que teve o pedido liminar indeferido (fls. 167-171).

Nas razões deste *writ*, a Defesa, em suma, repisa a tese de excesso de prazo para a formação da culpa. Aduz que o Paciente "*permanece preso há aproximadamente um ano e nove meses, acrescentando-se o fato de que no próximo mês, completará um ano da última audiência efetivamente realizada no processo*" (fl. 6).

Alega, ainda, que a segregação cautelar carece de fundamentação concreta e idônea.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório inicial.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, o Paciente responde a processo relativamente complexo com três vítimas distintas e várias testemunhas, algumas não localizadas para depor, sendo necessárias diligências do Ministério Público para informar o endereço atualizado. Assim,

não se verifica ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, notadamente porque a Desembargadora Relatora no Tribunal de origem ressaltou que *"tanto o Ministério Público como o Poder Judiciário têm empenhado esforços na busca de medidas efetivas para garantir a impulsão do devido processo legal"* (fl. 170), de forma que não se verifica, *primo actu oculi*, demora injustificada, tampouco desídia estatal na condução do feito.

Ademais, a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que *"[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto"* (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 23/06/2017).

Não há, assim, teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada a análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Quanto à alegada ausência de fundamentação idônea a amparar a segregação cautelar, verifica-se que a matéria não foi analisada no *decisum* combatido, o que também inviabiliza o prematuro exame da matéria por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância, com explícita violação da competência originária para o julgamento de *habeas corpus*, definida no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

